



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DO DIA  
Identificação: CIDADES 07  
Data: 22/01/2013

## Feirinha das Oficinas poderá ser desativada

Milton Alves Júnior

[miltonalvesjunior@jornaldodiase.com.br](mailto:miltonalvesjunior@jornaldodiase.com.br)

Sem condições higiênicas para uso, o Ministério Público do Estado de Sergipe (MPE/SE), através da Promotoria de Justiça dos Direitos do Consumidor, ajuizou na manhã de ontem conta a Prefeitura de Aracaju uma Ação Civil Pública (ACP), tendo como objetivo cobrar da administração municipal uma imediata reforma no Mercado Municipal Carlos Firpo, instalado no bairro Siqueira Campos. Com Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela em face inclusive da Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) e da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb), responsáveis pela administração da "Feirinha das Oficinas", o comércio no local pode ser inviabilizado a qualquer momento.

Esta não é a primeira vez que a feira está sendo rigorosamente fiscalizada pelo MPE. No ano de 2007, após receber inúmeras denúncias emitidas por populares e até consumidores, o MPE tentou resolver os antigos problemas sem acionar a Justiça sergipana. Com pouco avanço nas solicitações requisitadas, no ano passado a Vigilância Sanitária do município, em parceria com o Corpo de Bombeiros retornaram ao local e detectaram várias irregularidades, a exemplo da inexistência de extintores de incêndio e câmara frigorífica que seria utilizada para manter as carnes

e mariscos em uma temperatura ideal, recomendada pelos próprios técnicos da Vigilância Sanitária.

Para o promotor de Justiça substituto Daniel Carneiro Duarte, responsável pelo caso, esse tipo de melhoria é de inteira exclusividade dos governos municipal e estadual, que além de qualificar o serviço, tem também como obrigação trabalhar para manter o espaço seguro e higiênico. "Por isso o MP ajuizou a Ação Civil Pública. Para proteger os direitos difusos e resguardar a saúde dos consumidores que utilizam os produtos comercializados naquele Mercado", informou ao portal de notícias do órgão estadual. Ainda sem resposta por parte da Justiça sergipana quanto a interdição do comércio, a expectativa é que essa liminar seja concedida ainda essa semana.

**Resposta** - Em nota oficial emitida aos meios de comunicação, a superintendência da Emsurb informou que até o momento não foi notificada sobre a decisão do Ministério Público. "Estamos aguardando essa ACP ser protocolada na empresa para em seguida estudar o caso e atender as solicitações o mais rápido possível. Na medida do possível iremos atuar com o único interesse em proporcionar melhorias para os aracajuanos, porém só poderemos nos pronunciar mais precisamente após tomar conhecimento oficial de todas as reivindicações cobradas pelo Ministério Público estadual", diz a nota.